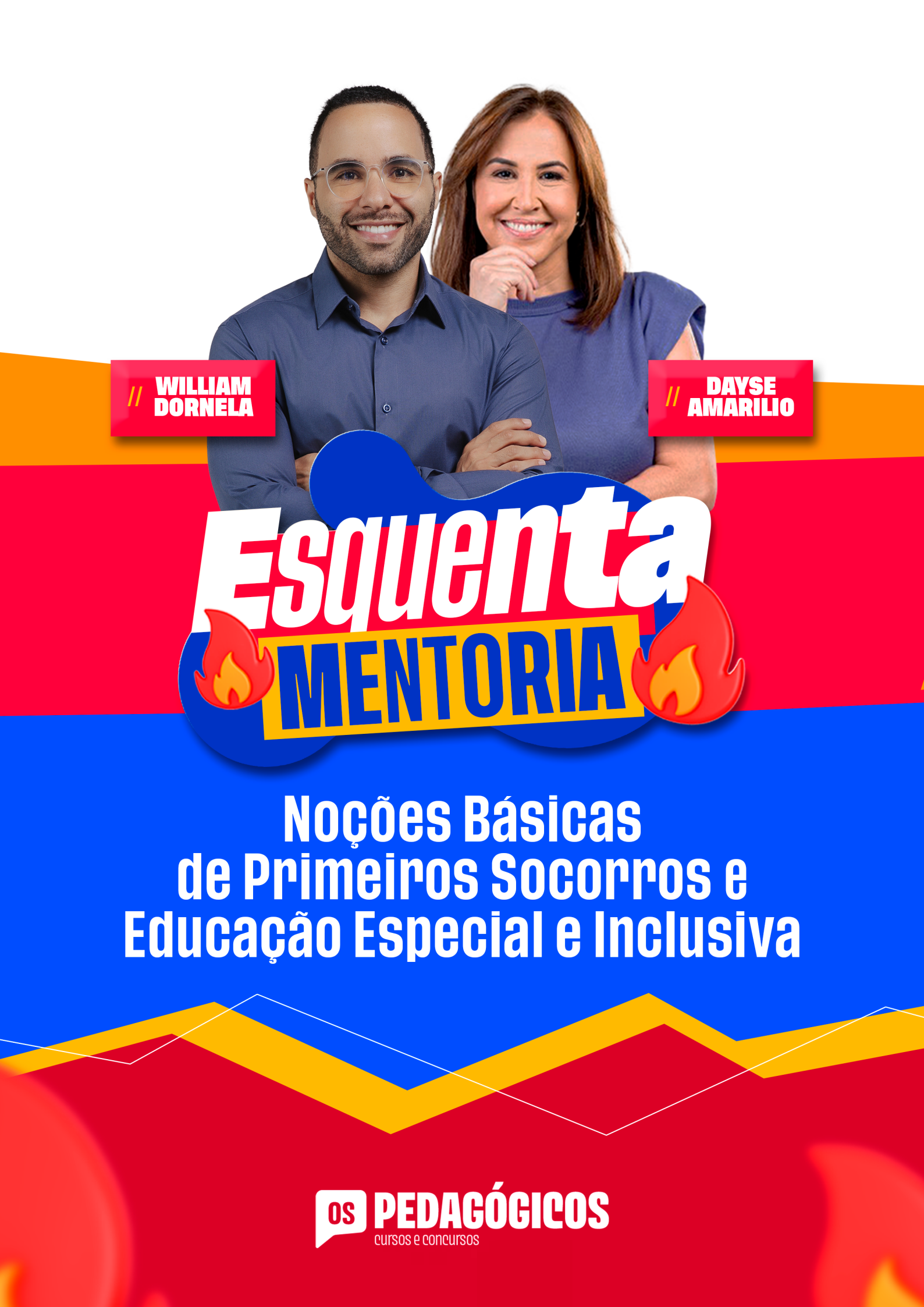




// **WILLIAM
DORNELA**

// **DAYSE
AMARILIO**

Esquenta MENTORIA

**Noções Básicas
de Primeiros Socorros e
Educação Especial e Inclusiva**

Educação Especial e Inclusiva

Antes

Predominância da exclusão e segregação (instituições separadas).



Depois

Movimento de integração, com foco em adaptar o aluno à escola.

Depois

Foco na inclusão, com adaptação da escola ao aluno e à diversidade.



1854

IMPERIAL INSTITUTO DOS MENINOS CEGOS



1857

INSTITUTO DOS SURDOS MUDOS



1948

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS



1954

ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE



1961

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL



1971

LEI Nº 5.692



1988

AVANÇO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL



1990

ECA E DECLARAÇÃO DE JOMTIEN

1994

1. PORTARIA MEC Nº 1.973;
2. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA.



1996

NOVA LDBN Nº 9.394



1999

1. CONVENÇÃO DE GUATEMALA;
2. DECRETO Nº 3.298.



2001

1. RESOLUÇÃO MEC CNE/CEB 2;
 2. PARECER CNE/CP 9
- O BRASIL PROMULGA A CONVENÇÃO DE GUATEMALA.



2002

1. LEI Nº 10.436;
2. PORTARIA MEC Nº 2.678;
3. RESOLUÇÃO CNE/CP 1.

ProUni

2004

PROUNI



2005

1. PROGRAMA INCLUIR;
2. DECRETO 5.626.



2006

CONVENÇÃO DA ONU EM NOVA YORK

2007

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - PDE



2008

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



2009

RESOLUÇÃO MEC CNE/CEB 4



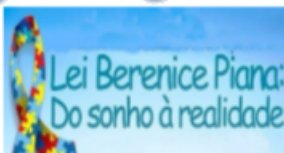
2010

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONAE



2011

1. PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA;
2. NOTA TÉCNICA 06/2011 - MEC/SEESP/GAB.



2012

POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - LEI BERENICE PIANA



2014

LEI Nº 13.005 - PNE 2014-2024



2015

1. LEI Nº 13.146;
2. LEI Nº 13.234.

2016

LEI Nº 13.409



2018

DECRETO Nº 13.632



2020

DECRETO Nº 10.502





Art. 205.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206.

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- Igualdade;
- Liberdade;
- Pluralismo;
- Gratuidade;
- Valorização;
- Gestão democrática;
- Garantia;
- Piso salarial;
- Direito à aprendizagem.

Art. 208.

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Base legal



Constituição Federal (1988)

Art. 58.

Base legal



Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996)

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Art. 59.

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 59-A.

O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado.

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no caput deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o caput serão definidos em regulamento.

Art. 60.

Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

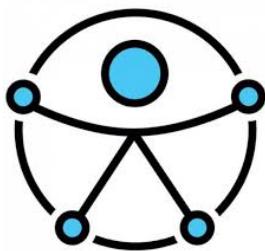
Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Art. 4.

Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

§ 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.



Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) — Lei nº 13.146/2015

CAPÍTULO IV DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 27.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.



Art. 28.

Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

CAPÍTULO I DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Art. 1.

Base legal

PNEEI

Política Nacional de Educação Especial Inclusiva

Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, com a finalidade de garantir o direito à educação em um sistema educacional inclusivo para estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades ou superdotação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

§ 1º A modalidade da educação especial será oferecida de maneira transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, com vistas a assegurar recursos e serviços educacionais para apoiar, complementar e suplementar o processo de escolarização.

§ 2º O estudante com transtorno do espectro autista é considerado pessoa com deficiência para fins da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.

§ 3º A garantia do sistema educacional inclusivo ocorre por meio da organização do sistema educacional geral, de forma a assegurar que os estudantes que são o público da educação especial estejam incluídos em classes e escolas comuns, com o apoio necessário à sua participação, permanência e aprendizagem.

São princípios da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva:

I - o reconhecimento da educação como direito universal, público e subjetivo de todos os cidadãos;

II - a garantia de igualdade de oportunidades e condições para o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes que são o público da educação especial;

III - a promoção da equidade;

IV - a diversidade humana como valor a ser reconhecido e promovido pela educação;

V - o combate, no contexto educacional, ao capacitismo e à discriminação em todas as suas formas;

VI - a garantia de acessibilidade e o incentivo ao desenvolvimento de tecnologias que assegurem o direito à educação ao público da educação especial;

VII - a consolidação do trabalho intersetorial como estratégia para a atenção integral ao público da educação especial.

VIII - o respeito pela diversidade de estudantes com deficiência e suas especificidades no âmbito da educação.

Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Complementar ou suplementar à escolarização

A matrícula no AEE não poderá ser substitutiva à matrícula e à frequência na classe comum.

O AEE na educação básica poderá, excepcionalmente, ser realizado em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública de ensino ou de instituições sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou com órgão equivalente dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.



Do Plano de Atendimento Educacional Especializado

I- o trabalho a ser desenvolvido em sala de aula comum;

II - o trabalho desenvolvido no âmbito do AEE

III - as atividades colaborativas no estabelecimento de ensino; e

IV - as ações de articulação intersetorial.



Art. 11.



O **estudo de caso** constitui-se em metodologia de produção, sistematização e registro de informações e estratégias relativas ao AEE, e configura-se etapa inicial necessária para a identificação de estudante público da educação especial.

§ 7º A garantia da oferta do AEE ao estudante não será condicionada à exigência de diagnóstico, **laudo**, relatório ou qualquer outro documento emitido por profissional de saúde.

Art. 13.

O professor que atua no AEE terá formação continuada para a educação especial inclusiva, com carga horária de, no mínimo, trezentas e sessenta horas, nos termos do disposto em ato do Ministro de Estado da Educação.



Hora de praticar



Itens Inéditos 2026



Exercícios

João, um estudante com deficiência física e dificuldades motoras, foi integrado em uma escola pública que oferecia acessibilidade, como rampas e banheiros adequados. Contudo, enfrentou desafios na participação nas atividades escolares devido à falta de materiais adaptados e apoio insuficiente. A exclusão de atividades em grupo prejudicou sua aprendizagem. Após a família se mobilizar, a escola, em colaboração com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), implementou estratégias inclusivas e ajustes curriculares, permitindo que João se envolvesse nas aulas e alcançasse progresso significativo em seu desenvolvimento.

De acordo com a PNEEI, julgue o item.

01. No estudo de caso apresentado, fica evidente que apenas assegurar o acesso físico não é suficiente. A adoção de práticas pedagógicas inclusivas e de apoios adequados é fundamental para que o estudante tenha garantido seu direito à educação em igualdade de condições.

Maria é uma estudante com deficiência intelectual matriculada em escola pública regular. Embora a escola garantisse sua matrícula e o acesso ao espaço físico, não realizava adaptações pedagógicas nem articulava o trabalho com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o que dificultava sua participação e aprendizagem.

Após a mobilização da família, a escola passou a atuar em parceria com o AEE, adotou estratégias pedagógicas inclusivas e eliminou barreiras educacionais, possibilitando avanços no desenvolvimento da estudante.

Considerando o Decreto nº 12.686/2025, julgue o item.

02. O estudo de caso demonstra que a garantia do direito à educação inclusiva não se limita à matrícula em escola regular e ao acesso físico, sendo necessária a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, a articulação com o AEE e a eliminação de barreiras que comprometam a participação e a aprendizagem do estudante com deficiência.

Lucas, estudante com deficiência audi-

tiva, está matriculado em turma regular. A escola não oferece recursos de acessibilidade comunicacional nem adapta estratégias didáticas, alegando que o estudante “consegue copiar do quadro”. Como consequência, Lucas participa pouco das aulas e apresenta baixo desempenho.

Considerando o Decreto nº 12.686/2025, julgue o item.

03. O estudo de caso demonstra que a garantia do direito à educação inclusiva não se limita à matrícula em escola regular e ao acesso físico, sendo necessária a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, a articulação com o AEE e a eliminação de barreiras que comprometam a participação e a aprendizagem do estudante com deficiência.

Ana, estudante com deficiência física, realiza as mesmas avaliações escritas e no mesmo tempo que os demais alunos. A escola entende que oferecer condições diferenciadas poderia ferir o princípio da igualdade.

À luz do Decreto Nº 12.686/2025, julgue o item a seguir:

04. A prática adotada pela escola está inadequada, pois o tratamento igualitário, sem diferenciação de instrumentos ou tempo de avaliação, está contrária ao Decreto que Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.

Pedro, estudante com transtorno do espectro autista, frequenta o Atendimento Educacional Especializado em turno contrário ao da escolarização. No entanto, não há diálogo entre o professor do AEE e os docentes da sala comum.

À luz do Decreto Nº 12.686/2025, julgue o item a seguir:

05. Tendo o estudo de caso como exemplo e a base legal do Decreto Nº 12.686/2025, o Atendimento Educacional Especializado deve atuar de forma articulada com o ensino regular, sendo inadequada a ausência de diálogo entre os profissionais envolvidos no processo educativo do estudante.

Uma escola pública atribui à família a responsabilidade por buscar terapias e estratégias para o desenvolvimento de uma estudante com deficiência múltipla, sem

promover ajustes pedagógicos internos.

À luz do Decreto Nº 12.686/2025, julgue o item a seguir:

06. Em conformidade com o decreto a escola não pode terceirizar o desenvolvimento da estudante nem se isentar da responsabilidade pedagógica.

Em determinada rede de ensino, os professores afirmam não realizar práticas inclusivas por falta de formação específica, e a gestão escolar não promove ações formativas sobre educação especial inclusiva.

À luz do Decreto Nº 12.686/2025, julgue o item a seguir:

07. A falta de formação não é uma justificativa legalmente aceitável para a exclusão, mas sim uma falha de gestão que precisa ser corrigida.

João, estudante com deficiência intelectual, é frequentemente dispensado de atividades em grupo sob o argumento de facilitar a rotina da turma, permanecendo isolado durante essas práticas.

À luz do decreto Nº 12.686/2025, julgue o item a seguir:

08. A exclusão do estudante de atividades coletivas, ainda que com a justificativa de organização escolar, configura prática incompatível com os princípios do decreto.

Ao revisar suas políticas educacionais, uma rede pública de ensino analisou o dever constitucional do Estado em relação à garantia do direito à educação, incluindo o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência. Nesse contexto, a gestão passou a considerar as formas de organização desse atendimento previstas na legislação e regulamentadas pelos sistemas de ensino.

Em conformidade com a CF/88, julgue o item a seguir:

09. Para que essa rede pública esteja em conformidade com o novo decreto, a organização do atendimento deve observar três pilares fundamentais: o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o Modelo de Ensino Colaborativo, o Profissionais de Apoio e Acessibilidade.

Durante a organização do Projeto Político-Pedagógico, uma rede de ensino revisou suas diretrizes à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse processo, a equipe pedagógica discutiu o papel da Educação Especial no sistema educacional, considerando sua oferta ao longo de toda a trajetória escolar dos estudantes, desde a Educação Infantil até a Educação Superior. A gestão analisou, ainda, a necessidade de garantir adaptações curriculares, métodos e recursos específicos para atender às diferentes necessidades educacionais, conforme previsto na legislação.

De acordo com a LDB, julgue o item.

10. Com base nessas discussões, a rede agora deve formalizar como será o Plano de Atendimento Individualizado (PAI) ou o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) de cada aluno, pois a legislação exige que os sistemas de ensino assegurem esses serviços de forma personalizada.

Rafael é um estudante com deficiência visual matriculado em uma escola pública regular. Embora tenha tido seu acesso garantido por meio da matrícula, a escola não disponibilizava materiais didáticos acessíveis, como textos ampliados ou recursos digitais compatíveis com leitores de tela. Além disso, não havia apoio pedagógico especializado, o que comprometia sua permanência e o aproveitamento escolar. Após intervenção da gestão escolar, foram adotados recursos de acessibilidade pedagógica, apoio do Atendimento Educacional Especializado e adequações didáticas, assegurando melhores condições de participação e aprendizagem.

Com relação a CF/88, julgue o item.

11. A situação vivenciada por Rafael evidencia que a simples garantia de matrícula não é suficiente para assegurar o direito à educação da pessoa com deficiência, sendo dever do Estado e da escola pública garantir condições de acesso, permanência e aprendizagem, por meio de materiais didáticos acessíveis, recursos de acessibilidade e oferta do Atendimento Educacional Especializado, conforme previsto na legislação educacional.

Em determinado município, a Secretaria

de Educação deixou de ampliar vagas na educação básica e suspendeu a oferta de apoio educacional especializado para estudantes com deficiência, justificando a decisão pela falta de recursos financeiros no orçamento anual. Em resposta a questionamentos da comunidade escolar, a gestão afirmou que, embora a educação seja um direito social, sua efetivação depende da capacidade financeira do ente federado no exercício corrente.

Diante disso, julgue o item:

12. A justificativa apresentada pela Secretaria de Educação é compatível com a ordem constitucional, uma vez que a efetivação do direito à educação, inclusive a ampliação de vagas na educação básica e a oferta do atendimento educacional especializado, depende da disponibilidade orçamentária do ente federado.

Beatriz é uma estudante com deficiência física matriculada em uma escola pública regular. Ao solicitar apoio pedagógico, sua família foi orientada pela rede de ensino a transferi-la para uma escola especial, sob o argumento de que a Educação Especial deve ser ofertada prioritariamente em classes e instituições especializadas. A escola regular não considerou a possibilidade de realizar adaptações pedagógicas nem de articular o trabalho com o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, julgue o item.

13. A orientação dada à família de Beatriz está de acordo com a legislação educacional, pois a Educação Especial deve ser ofertada prioritariamente em classes e instituições especializadas, sendo facultativa à escola regular a realização de adaptações pedagógicas e a articulação com o Atendimento Educacional Especializado.

Henrique é um estudante com transtorno do espectro autista matriculado em escola pública regular. Apesar de apresentar necessidades específicas de aprendizagem, a escola utiliza o mesmo currículo, os mesmos métodos de ensino e os mesmos recursos pedagógicos para todos os alunos, sem qual-

quer adaptação. A gestão escolar afirma que não possui obrigação de modificar o planejamento pedagógico, desde que o estudante esteja frequentando a escola regularmente.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, julgue o item.

14. A postura da gestão escolar está de acordo com a legislação educacional, uma vez que a obrigatoriedade do Estado limita-se à matrícula e à frequência do estudante com transtorno do espectro autista, não havendo dever legal de promover adaptações curriculares, metodológicas ou de recursos pedagógicos.

Gabriel é um estudante com deficiência intelectual matriculado em uma escola pública. A equipe gestora decidiu que ele passaria a frequentar apenas a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), deixando de participar das aulas na turma regular. A justificativa apresentada foi a de que o AEE seria mais adequado às suas necessidades e poderia substituir o ensino comum, uma vez que ocorre em espaço especializado e com atendimento individualizado.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, julgue o item.

15. A decisão da equipe gestora está correta, pois o Atendimento Educacional Especializado pode substituir o ensino comum quando se mostrar mais adequado às necessidades do estudante com deficiência intelectual, devendo este permanecer exclusivamente no espaço especializado.

Carolina é uma candidata com deficiência física que pretende ingressar em uma instituição de ensino superior privada. Ao realizar sua inscrição no processo seletivo, percebeu que o formulário disponibilizado pela instituição não apresentava campo específico para solicitar recursos de acessibilidade ou tecnologia assistiva necessários para a realização da prova. Diante disso, Carolina precisou entrar em contato informalmente com a instituição para relatar suas necessidades, sem garantia de atendimento adequado.

De acordo com a LBI, julgue o item.

16. A conduta da instituição de ensino superior privada está de acordo com a legislação vigente, pois a garantia de recursos de aces-

sibilidade em processos seletivos depende de solicitação informal do candidato, não havendo obrigatoriedade de previsão prévia desses recursos nos instrumentos de inscrição.

Uma universidade federal passou a ofertar cursos de graduação e pós-graduação com estudantes surdos matriculados. Para atender a esse público, a instituição contratou um intérprete de Libras que possuía apenas certificação de nível médio e experiência prática, sem formação superior específica em Tradução e Interpretação em Libras. A gestão universitária justificou a contratação alegando escassez de profissionais habilitados e afirmou que a experiência seria suficiente para a atuação no ensino superior.

De acordo com a LBI, julgue o item.

17. A decisão da universidade federal está de acordo com a legislação vigente, pois, diante da escassez de profissionais, é permitido que intérprete de Libras com formação de nível médio e experiência prática atue no ensino superior, sendo dispensável a formação superior específica.

Eduardo é um estudante surdo matriculado na rede pública de ensino. Sua família solicitou vaga em classe bilíngue, com uso da Libras como primeira língua e da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua. A Secretaria de Educação informou que a rede não dispõe de escolas ou classes bilíngues e que o estudante deveria permanecer em turma comum sem oferta estruturada de educação bilíngue, alegando inexistência de obrigação legal para garantir esse modelo em todos os níveis de ensino.

De acordo com a LBI, julgue o item.

18. A solicitação da família de Eduardo encontra amparo legal, uma vez que a educação bilíngue de surdos, com Libras como primeira língua e Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua, constitui modalidade de educação assegurada pela legislação, devendo os sistemas de ensino organizar-se para garantir sua oferta ao longo de toda a trajetória escolar do estudante.

Sofia é uma estudante surda matriculada em uma escola regular. Embora a escola

possua alguns recursos tecnológicos, como computadores e projetores, não disponibiliza intérprete de Libras, nem adapta suas práticas comunicacionais em sala de aula. As explicações orais, avisos e atividades coletivas ocorrem exclusivamente em língua oral, o que dificulta a participação da estudante, mesmo havendo equipamentos no ambiente escolar.

De acordo com a LBI, julgue o item.

19. A situação vivenciada por Sofia evidencia que a mera disponibilização de recursos tecnológicos não é suficiente para garantir o direito à educação da estudante surda, sendo obrigatória a adoção de práticas comunicacionais acessíveis, como a oferta de intérprete de Libras e o uso da Libras como meio de comunicação, a fim de assegurar sua participação e aprendizagem no ambiente escolar.

Luana é uma estudante surda matriculada em uma escola pública. Durante sua trajetória escolar, as aulas são ministradas apenas em língua portuguesa oral, sem professores com formação em Libras nem profissionais capacitados para o ensino do português escrito como segunda língua. A gestão escolar afirma que a presença de um intérprete eventual seria suficiente e que a legislação educacional não exige profissionais com formação específica para o atendimento bilíngue.

De acordo com o estudo sobre AEE, julgue o item.

20. A situação de Luana demonstra que a oferta de aulas exclusivamente em língua portuguesa oral, sem professores com formação em Libras e sem profissionais capacitados para o ensino da Língua Portuguesa escrita como segunda língua, não atende às exigências legais da educação bilíngue de surdos, sendo insuficiente a presença eventual de intérprete para garantir o direito à educação.

Noções Básicas de Primeiros Socorros

LEI Nº 7.797, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

[Ver ficha da Norma](#)

(Autoria: Deputada Dayse Amarilio)

Altera a [Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012](#), que "estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal".

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do § 6º do art. 74 da [Lei Orgânica do Distrito Federal](#), promulga a seguinte Lei, oriunda de projeto vetado pelo Governador do Distrito Federal e mantido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Art. 1º O art. 10, VII, da [Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012](#), passa a vigorar acrescido da seguinte alínea c:

"Art. 10. ...

VII - ...

c) noções de primeiros socorros;"

Brasília, 10 de dezembro de 2025.

137º da República e 66º de Brasília

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ



Primeiros Socorros são os cuidados iniciais que devem ser prestados rapidamente a uma pessoa, vítima de acidentes ou de mal súbito, cujo estado físico põe em perigo a sua vida, com o fim de manter as funções vitais e evitar o agravamento de suas condições, aplicando medidas e procedimentos até a chegada de assistência qualificada.

Fonte: Freitas, Gabriel. Noções Básicas de Primeiros Socorros, UFRRJ, 2020.

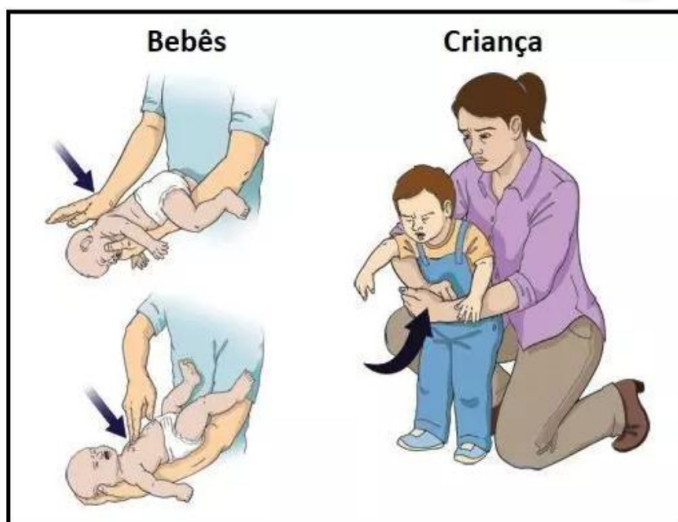
01. Uma aluna de 16 anos começou a engasgar durante o lanche na escola. Ela está consciente, mas não consegue falar, tossir ou respirar. Nesta situação, a aluna encontra-se na condição chamada de OVACE total, ou seja, obstrução de vias aéreas por corpos estranhos total, uma condição grave.

Obstrução de vias aéreas por corpos estranhos (OVACE)

- Pode ocorrer com qualquer pessoa.
- A obstrução pode ser **parcial** ou **total**.
- Na obstrução parcial, as vias aéreas ficam estreitadas, porém ainda permitem alguma passagem de ar. Por isso, a vítima mantém a capacidade de respirar e até mesmo de falar.
- Nessa situação, deve-se acalmar a vítima, estimular a tosse, retirar roupas apertadas que dificultam a respiração como golas e gravatas, bem como solicitar socorro especializado.
- Enquanto na obstrução total, não há passagem de ar pelas vias aéreas, levando a vítima a um quadro de sofrimento respiratório grave. Nessa condição, é comum observar agitação e, frequentemente, cianose (coloração azulada da pele).
- Neste caso, a vítima deve receber manobras de desobstrução imediatamente.
- Essa técnica objetiva a expulsão do corpo estranho através da eliminação do ar residual dos pulmões, criando uma espécie de tosse artificial.

Conduta:

- Com a vítima consciente (em pé): o socorrista deve se posicionar atrás dela e **aplicar 5 tapas nas costas (golpes) seguidos de 5 compressões abdominais (Atualização AHA 2025)**;
- Deve-se repetir até que o objeto seja expelido ou o adulto fique inconsciente.
- Se o objeto for expelido, continue a monitorar até a chegada do serviço médico de emergência.
- Essas manobras devem ser mantidas até que ocorra a desobstrução ou até que o paciente fique inconsciente. Caso o paciente perca a consciência, deve-se iniciar imediatamente as manobras de RCP (Reanimação Cardiopulmonar).
- Observação: para pacientes nos estágios finais da gestação, ou quando o socorrista não conseguir circundar o abdome da paciente, deve-se usar 5 compressões torácicas.
- Antes da atualização:
 - Deve-se solicitar ajuda especializada e iniciar a técnica de desobstrução, chamada **Manobra de Heimlich**.
 - Essa técnica objetiva a expulsão do corpo estranho através da eliminação do ar residual dos pulmões, criando uma espécie de tosse artificial.



Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, 2025.



Fonte: Google imagens.

Conduta

- Vítima evolui para inconsciência: deitar o paciente em superfície firme e rígida e iniciar trinta compressões. Realizar a abertura das vias aéreas e observar a presença do objeto/alimento, caso esteja visível, retirar o objeto pelo canto da boca com os dedos em formato de pinça.
- Segue-se a verificação da boca e realiza-se esta sequência (ciclo) até que ocorra a desobstrução ou até a chegada do socorro especializado.

02. Durante uma convulsão, é recomendado colocar um pano ou outro objeto entre os dentes da vítima para evitar que ela morda a língua.

Crise convulsiva

- É a perda súbita da consciência acompanhada de contrações musculares bruscas e involuntárias.
- Entre as principais causas estão:
 - Epilepsia,
 - exposição a agentes químicos de poder convulsígeno (inseticidas clorados e o óxido de etileno),
 - hipoglicemia,
 - overdose de cocaína,
 - abstinência alcoólica ou de outras drogas,
 - meningite,
 - lesões cerebrais (tumores, AVE, TCE) e
 - febre alta.

É importante garantir a segurança e a privacidade da vítima e evitar alguns procedimentos que podem ser prejudiciais tanto para ela quanto para a equipe de socorro, tais como:

1. tentar desenrolar a língua do paciente (sobretudo com o dedo);
2. colocar um objeto na boca para evitar que o paciente morda a língua;
3. jogar água no paciente;

4. segurar o paciente impedindo que se debata.

Conduta

- Remover objetos, móveis ou outros artefatos próximos que possam causar lesões ao paciente durante os movimentos convulsivos.
- Apoiar suavemente a cabeça durante a crise, evitando realizar resistência contra a coluna cervical para minimizar o risco de lesões cervicais.
- Posicionar um travesseiro, almofada ou lençol dobrado sob a cabeça para amortecer o contato com o solo.
- Lateralizar o paciente, se possível, para proteger as vias aéreas em caso de salivação excessiva (sialorreia) durante a crise.
- Afrouxar roupas apertadas para facilitar a respiração.

OS PEDAGÓGICOS
cursos e concursos

Esquenta **MENTORIA**

   **OSPEDAGOGICOS**